

SECÇÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DOS CENSOS 2021

RELATÓRIO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA SECÇÃO

2017/2024

Conselho Superior de Estatística

ÍNDICE

I - Secção EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DOS CENSOS 2021

1. Constituição	4
2. Competências	4
3. Composição	5
4. Presidência e Vice-presidência	6
5. Cessação das atividades	6

II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Reuniões realizadas	7
2. Assuntos analisados	7
3. Outras atividades desenvolvidas no âmbito do CSE relacionadas com os Censos 2021	16
4. Documentos aprovados	17

III - CONCLUSÕES

19

ANEXOS

21

Conselho Superior de Estatística

I – SECÇÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DOS CENSOS 2021

1. CONSTITUIÇÃO

A Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021 (SEAC-2021) foi criada pela 46ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística – CSE ou Conselho (em **anexo I**), em junho de 2017. Assumindo como primeiro objetivo o acompanhamento dos XVI Recenseamento Geral da População e VI Recenseamento Geral da Habitação, funcionou como a estrutura do CSE – órgão do Estado que nos termos da Lei orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional (SEN) – com competência específica para apoio à realização destes Recenseamentos.

Em 2020, por motivos decorrentes de alterações na orgânica do Governo, a composição da Secção foi ajustada (59ª Deliberação do CSE, ponto VI, em **anexo II**) à semelhança do que sucedeu com as restantes Secções do Conselho.

2. COMPETÊNCIAS

2.1 O Plenário do CSE definiu como mandato da Secção:

- a) *Elaborar o respetivo programa de atividades em consonância com o Programa de Ação dos Censos 2021 elaborado pelo INE;*
- b) *Apreciar, nos termos do artigo 14º da Lei nº 22/2008, de 13 de maio, o projeto da legislação que deverá regulamentar a realização dos Censos 2021;*
- c) *Acompanhar o processo de definição das variáveis a observar nos Censos 2021 de acordo com o Programa de Ação elaborado pelo INE;*
- d) *Acompanhar a preparação, execução, apuramento e avaliação dos Censos 2021;*
- e) *Apreciar o relatório de avaliação final dos Censos 2021, a elaborar pelo INE no prazo de 12 meses após a divulgação dos resultados definitivos, o qual incluirá a avaliação da qualidade das duas operações.*

2.2 A legislação que regulamentou a realização dos Censos 2011 (Decreto-Lei n.º 54/2019, de 18 de abril, em **anexo III**) determina que “o Conselho Superior de Estatística acompanha, através da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021, a preparação, execução, apuramento e avaliação dos Censos 2021”.

Nesse mesmo contexto, são definidas como competências da Secção (art.º 6º):

- a) *Acompanhar o processo de definição das variáveis a observar nos Censos 2021, de acordo com o Programa de Ação elaborado pelo INE, I. P.;*
- b) *Acompanhar a preparação, execução, apuramento e avaliação dos Censos 2021;*

Conselho Superior de Estatística

- c) *Apreciar o relatório final dos Censos 2021, elaborado pelo INE, I. P., no prazo de 12 meses após a divulgação dos resultados definitivos;*
- d) *Apreciar o relatório de avaliação da qualidade dos Censos 2021.*

3. COMPOSIÇÃO

De acordo com as Deliberações que a constituíram e atualizaram, a SEAC-2021 funcionou de uma forma flexível; a composição permanente foi integrada por um núcleo fixo de entidades, sendo que a participação foi aberta a todas as restantes representadas no Conselho. Os documentos de trabalho, agendas de reuniões e atas foram divulgados permitindo que o debate decorresse alargadamente nas diferentes fases de preparação e execução dos Censos 2021.

Por este motivo, a participação nas reuniões foi variando, em função das matérias setoriais tratadas e das fases da própria operação.

A composição permanente integrou as seguintes entidades e personalidades.

- Instituto Nacional de Estatística (INE, IP)
- Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)
- Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM)
- Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)
- Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Confederação Empresarial de Portugal (CIP)
- Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP)
- União Geral de Trabalhadores (UGT)
- Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP)
- Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO)
- Prof. Doutor Gustavo Cardoso (até 25.11.2020)
- Prof.^a Doutora Maria João Valente Rosa (até 21.12.2022)
- Prof. Doutor José Cadima Ribeiro
- Prof. Doutor José António Correia Pereirinha
- Prof. Doutor Pedro Magalhães (a partir de 26.11.2020)
- Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE) – entidade convidada com carácter permanente

Conselho Superior de Estatística

Ao longo dos trabalhos e em momentos específicos, membros de outras entidades colaboraram com a Secção, ao abrigo do nº 3 da 46ª Deliberação do CSE: Banco de Portugal, Gabinete de Estratégia e Planeamento (MTSSS), Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Direção Geral da Energia e Geologia, representantes das áreas governativas da Economia e Transição Digital, da Saúde e das Finanças, Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, Confederação do Turismo de Portugal, Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e membros de reconhecida reputação de mérito científico e independência.

Na qualidade de **convidados** participaram ainda nas reuniões da Secção:

- Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)
- Instituto Nacional para a Reabilitação, IP
- GT Censos 2021 – Questões “Étnico-raciais”
- Gabinete da Ministra da Presidência do Conselho de Ministros

Inclui-se em anexo a lista dos membros do CSE que integraram a Secção de forma permanente, os convidados e outros membros do Conselho que colaboraram nas várias fases dos trabalhos (em **anexo IV**).

4. PRESIDÊNCIA E VICE-PRESIDÊNCIA¹

A Presidência da Secção foi, desde a reunião inicial, assegurada pelo Prof. Doutor José António Pereirinha, membro do CSE de reconhecido mérito e independência técnica, eleito por unanimidade.

Na mesma reunião o Dr. João Marques, membro da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), foi eleito Vice-Presidente da Secção também por unanimidade. Cargo que exerceu até ao dia 28 de julho de 2020, data em que terminou as suas funções de vogal da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

5. CESSAÇÃO DAS ATIVIDADES

Nos termos da 46ª Deliberação do CSE que regulou o funcionamento da Secção:

“O Presidente da SEAC2021 deve elaborar um relatório síntese final a apresentar ao Plenário, no qual dará conhecimento da atividade desenvolvida pela Secção durante a sua vigência.

O mandato da SEAC2021 é dado por findo com a aprovação do relatório referido no ponto anterior.”

O presente Relatório pretende dar cumprimento a esta determinação, dando por concluída a atividade da Secção.

¹ A presidência e vice-presidência das Secções do Conselho é nominal, embora em representação da entidade nos casos aplicáveis.

Conselho Superior de Estatística

II – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. REUNIÕES REALIZADAS

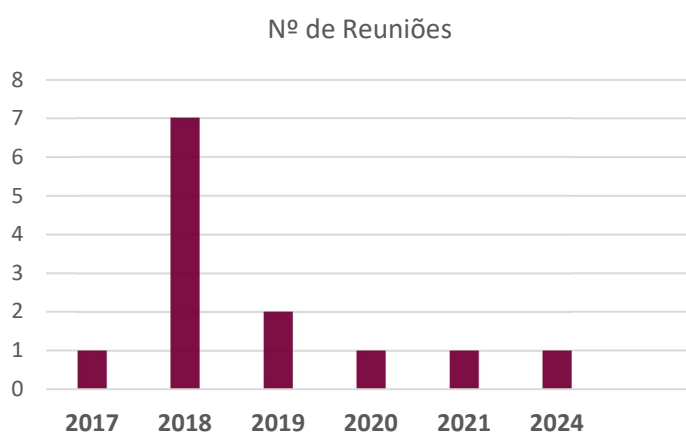
A atividade da Secção decorreu entre 28 de novembro de 2017 e 25 de junho de 2024, período durante o qual tiveram lugar **13 reuniões**.

A **distribuição anual** das reuniões inclui-se no Quadro I. A atividade mais intensa dos trabalhos registou-se na fase de preparação da operação censitária, designadamente entre 2018 e 2019.

QUADRO 1

SEAC-2021 | DISTRIBUIÇÃO ANUAL DE REUNIÕES

ANO	Nº DE REUNIÕES
2017	1
2018	7
2019	2
2020	1
2021	1
2024	1
	13



2. ASSUNTOS ANALISADOS

A Secção acompanhou a génese da operação Censos 2021 e as suas diferentes fases de execução, ainda que algumas de forma indireta (por exemplo, no que respeita à divulgação e difusão dos dados). No início dos trabalhos foi definido e aprovado o respetivo Programa de Atividades em consonância com o Programa de Ação dos Censos 2021 elaborado pelo INE (1ª Deliberação da Secção, em **anexo V**).

Analisou o projeto de legislação de suporte à realização dos Censos inicialmente preparado pelo INE, sendo determinantes os contributos da Comissão Nacional de Proteção de Dados, da CGTP e da Prof.ª Doutora Maria João Valente Rosa para preparação da versão reformulada, sobre a qual a Secção emitiu parecer final (2ª Deliberação da Secção, em **anexo VI**).

A análise da proposta de conteúdo base a observar nos questionários dos Censos 2021, incidindo sobre as diferentes unidades estatísticas e respetivas variáveis, ocupou grande parte do trabalho realizado. Partindo de um documento inicial preparado pelo INE, a Secção analisou a proposta apresentada e debateu as

novas variáveis a incluir nos Censos, as variáveis a eliminar face a anteriores recenseamentos e a reformulação de variáveis a observar.

Foram acompanhadas as conclusões dos testes aos questionários realizados pelo INE e os trabalhos preparatórios e de carácter organizativo respeitantes à execução dos Censos. A Secção tomou igualmente conhecimento do processo de consulta pública no âmbito do conteúdo do Programa de Ação. As preocupações e interesses das várias entidades representadas no Conselho e na Secção foram amplamente debatidos, através da análise dos contributos canalizados pelos diferentes representantes que assumiram a responsabilidade de, nas respetivas entidades, procederem à recolha de sugestões sobre o Programa de Ação, documento orientador da informação a recolher nos Censos 2021. Da análise realizada resultou a 4ª Deliberação da Secção (em **anexo VII**), sintetizando o parecer da Secção sobre a conclusão do acompanhamento das variáveis a observar nos Censos 2021.

Ao longo dos trabalhos desenvolvidos, houve matérias que pela sua relevância ou visibilidade, merecem um sublinhado especial, não só pelo debate que suscitaram entre os membros da Secção e o facto de serem aspetos determinantes na organização dos trabalhos, mas também pelo impacto e divulgação que tiveram junto da opinião pública. Assim:

- **Projeto de Decreto-Lei dos Censos 2021.**

O documento proposto pelo INE foi objeto de análise detalhada e de introdução de diversos contributos, na generalidade e especialidade, face ao texto inicial.

As divergências registadas no início da apreciação do documento, foram posteriormente ultrapassadas na sequência da articulação bilateral estabelecida entre o INE e os membros da Secção que apresentaram sugestões (Prof.ª Maria João Valente Rosa, Dra. Catarina Morais – CGTP e Dr. João Marques - CNPD). Tendo sido possível sanar essas divergências, foi preparada uma nova versão do projeto de Decreto-Lei, em tempo submetido à Secção que emitiu um parecer favorável.

A Deliberação da Secção foi aprovada por unanimidade.

- **“Programa de Ação” para os Censos 2021.**

Parte substancial da atividade da SEAC foi dedicada à análise do conteúdo do Programa de Ação para os Censos 2021, tendo sido ponderadas as recomendações sobre as variáveis a incluir para cada unidade estatística, sempre que tal se tenha revelado necessário.

De uma forma geral, e sem prejuízo de procurar acompanhar novas realidades, a Secção posicionou-se numa perspetiva de manter as séries censitárias, ter em conta dificuldades de operacionalização ou de elevada complexidade apontada pelo INE na inclusão de novas questões ou de estar em causa informação passível de obtenção por via administrativa ou através de outras operações estatísticas. Foi sensível ao facto de não ser possível incluir nos questionários dos Censos todas as matérias que constituam lacunas no atual sistema de informação. O equilíbrio entre os interesses sectoriais e a preocupação em evitar uma sobrecarga sobre os respondentes foi considerado prioritário. Foram determinantes os critérios de ponderação dos temas face à atualidade, pertinência, complexidade e

possibilidade de disponibilização por outras fontes e o princípio de redução da carga sobre as famílias, em simultâneo com o aumento de rigor e de qualidade da informação.

Procurando acolher as propostas consideradas como representativas de preocupações sociais relevantes e de novas realidades, a apreciação e as recomendações da Secção foram tomadas tendo em conta as competências e a autonomia técnica do INE, enquanto órgão central de produção e difusão de estatísticas oficiais.

A tomada de decisão sobre matérias de maior complexidade ou que implicaram um conhecimento técnico mais específico levaram a Secção a pedir a participação (presencial ou por intermédio do INE) de especialistas e entidades cujo contributo foi reconhecido como determinante para uma análise mais consistente.

Verificaram-se situações em que, não obstante o reconhecimento da relevância social das propostas apresentadas, foi assumido que os Censos não constituíam, pelas suas características, a fonte mais adequada para obtenção dessa informação.

O enquadramento da Secção na apresentação de propostas resultou, assim, do equilíbrio entre a informação que seria desejável recolher e aquela cuja recolha fosse efetivamente viável.

A Deliberação da Secção respeitante a esta fase dos trabalhos foi aprovada por unanimidade.

- “Questões “Étnico-Raciais”

Em 2019, foi submetido a análise da Secção o Relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho criado a nível governamental (Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões “Étnico-Raciais”, pelo Despacho nº 7363/2018, de 3 de agosto), no sentido de ser avaliada a eventual inclusão nos Censos 2021 de questões que permitissem a caracterização da população residente em Portugal sob esta ótica.

Contanto com a presença de membros do referido GT, a Secção teve oportunidade de analisar com detalhe os argumentos favoráveis e desfavoráveis constantes do Relatório que conduziram, no âmbito do Grupo, à inexistência de uma posição consensual. A inexistência de consenso não impediu, contudo, o reconhecimento de que:

- a observação ou não dessas variáveis implicava vantagens e desvantagens;
- a existência de dados sobre discriminação racial é determinante e, não obstante a sua reconhecida relevância, não existe informação disponível sobre o assunto.

Pesando todos os argumentos apresentados, a Secção recomendou ao INE a não inclusão nos Censos 2021 de questões sobre a origem/pertença étnico-racial, com base na seguinte fundamentação:

- a necessidade de informação atual e de qualidade sobre a diversidade étnica na sociedade portuguesa como base fundamental para o conhecimento dos valores e práticas discriminatórias e de desigualdades sociais construídas com base na origem/pertença étnica das pessoas, não se coadunava com uma operação censitária;
- os Censos não configurarem o instrumento estatístico mais adequado para se obter a referida informação, com a qualidade, a profundidade e a regularidade necessárias a este conhecimento;

Conselho Superior de Estatística

- o carácter facultativo da resposta à questão sobre a origem étnico-racial, tal como proposto pelo Grupo de Trabalho, não responder às exigências de representatividade da informação apurada.

Contudo, e tendo em conta esta mesma argumentação, a Secção recomendou que, no mais curto prazo possível, fosse avaliada uma solução alternativa que tornasse viável a caracterização da composição étnica da população portuguesa².

A 3ª Deliberação da Secção foi aprovada por unanimidade (em **anexo VIII**).

- **Acessibilidades/Incapacidades.**

À semelhança do que sucedeu em anteriores recenseamentos, voltou a ser discutida a inclusão destas variáveis nos Censos 2021. À semelhança de outras, a temática foi reconhecida como socialmente relevante. A decisão de recomendar ao INE a inclusão da variável incapacidades nos Censos prendeu-se com a atual (ou prevista) inexistência de fontes alternativas, com a manutenção da série censitária e com o cumprimento de compromissos de Portugal a nível nacional e internacional (e seguindo as recomendações da Organização das Nações Unidas). Acresceram aspetos respeitantes à necessária caracterização de uma população com fortes e crescentes sinais de envelhecimento, sendo a informação relevante para a definição de políticas públicas nesta área, em particular no que se refere às questões da mobilidade e da acessibilidade.

O assunto foi analisado paralelamente aos trabalhos da Secção entre o INE, o Instituto Nacional para a Reabilitação e o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, numa perspetiva de ser encontrada a melhor proposta para operacionalização destas variáveis e sua inclusão nos questionários dos Censos 2021.

- **Censos 2021 e Covid-19**

Os efeitos da pandemia Covid-19 na preparação e na execução dos Censos 2021 fizeram também sentir-se na atividade da SEAC. O número de reuniões realizadas foi reduzido face ao previsto, tendo as mesmas decorrido por videoconferência, em 2020 e 2021.

Em 2020, considerando o contexto pandémico, o INE solicitou que a Secção se pronunciasse em relação à execução dos Censos 2021 no contexto da COVID-19, em particular se deveria manter-se a data de 2021 ou ser pensado o adiamento da operação para 2022. Os argumentos favoráveis e desfavoráveis à manutenção dos Censos em 2021 ou, considerando as implicações da pandemia COVID-19, ao seu

² Na sequência da recomendação da Secção o INE, após equacionadas as alternativas, comprometeu-se a desenvolver uma operação estatística específica, totalmente dedicada a esta matéria, precedida de um inquérito piloto. Assim, iniciou em 2020 a preparação de um inquérito específico denominado “Inquérito às Condições, Origens e Trajetórias da população residente em Portugal” (ICOT). A recolha da informação do inquérito piloto decorreu entre outubro de 2021 e janeiro de 2022 e a recolha da informação do ICOT decorreu entre janeiro e agosto de 2023 a uma amostra de 35 035 unidades de alojamento, constituindo a maior amostra de inquéritos às famílias realizados pelo INE. O projeto foi apresentado na Secção Permanente de Estatísticas Sociais que acompanhou a sua evolução e deu contributos no âmbito da preparação desta operação estatística. Os resultados do ICOT foram divulgados pelo INE em 22 de dezembro de 2023.

Conselho Superior de Estatística

adiamento para 2022 foram analisados com base num levantamento preparado pelo INE, contemplando também informações sobre as opções tomadas por outros países.

Os cenários submetidos a parecer da Secção apontavam, em alternativa:

- Cenário 1: Operação real em março/abril de 2021, antecedida de um pequeno teste em setembro de 2020;
- Cenário 2: Operação real em março de 2022 (adiamento de um ano face ao calendário estabelecido), sendo o Inquérito Piloto realizado em março de 2021.

Perante o enquadramento de incerteza em relação ao contexto pandémico, os constrangimentos relativos à recolha de dados presencial impostos pelas medidas de saúde e segurança públicas e a inexistência de uma posição consensual, a Secção manifestou a sua confiança no INE para tomar a decisão mais adequada de forma a permitir salvaguardar a qualidade da informação no contexto desses mesmos constrangimentos.

A 5ª Deliberação foi aprovada por unanimidade (**em anexo IX**).

No quadro seguinte, inclui-se uma síntese da atividade da SEAC-2021 em cada uma das reuniões, realizadas entre 2017 e 2024.

QUADRO 2

SEAC-2021 | ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR REUNIÃO

REUNIÕES	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	OBSERVAÇÕES
1ª (28 novembro 2017)	<ul style="list-style-type: none">- Eleição do Presidente e Vice-Presidente da Secção.- Aprovação do Programa de Atividades da SEAC 2021, documento de orientação dos trabalhos da Secção durante a sua vigência.- Início da análise do projeto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2011 – debate na generalidade e na especialidade e definição de metodologia para que as questões suscitadas sejam esclarecidas e consensualizadas antes da próxima reunião.- Definição dos trabalhos para 2018.	<ul style="list-style-type: none">- 1ª Deliberação da SEAC 2021
2ª (5 fevereiro 2018)	<ul style="list-style-type: none">- Análise do projeto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2021 (conclusão).- Informação do INE sobre os trabalhos preparatórios dos Censos 2021, no contexto do processo de consulta das variáveis a observar nos Censos 2021. Envolvimento e pedido de colaboração dos membros do Conselho, para a recolha alargada de contributos sobre o conteúdo do documento preparado pelo INE.	<ul style="list-style-type: none">- 2ª Deliberação da SEAC 2021- Início do processo de colaboração dos membros do CSE no processo de análise de variáveis a observar.

Conselho Superior de Estatística

<p>3ª (12 março 2018)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Informação sobre os trabalhos preparatórios dos Censos 2021. - Início da análise do “Programa de Ação”³: unidade estatística “edifício”. - Análise de propostas relativas à variável “Necessidades de reparação” e a duas das questões incluídas em 2011 para aferir a “Acessibilidade” revelou ser indispensável o desenvolvimento de contactos entre o INE e entidades sectorialmente relevantes para o esclarecimento de questões pendentes sobre o Edifício; esta consulta será igualmente estendida a entidades cujo contributo seja relevante para a futura clarificação antecipada de questões relativas ao Alojamento. - Manutenção da variável “Tipo de utilização” por ser a forma mais imediata de dar resposta às recomendações internacionais e à recolha de informação sobre a matéria. - Inexistência de objecções por parte das entidades consultadas à exclusão em 2021 da proposta do INE de um conjunto de variáveis inquiridas em 2011. 	
<p>4ª (23 abril 2018)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Informação sobre os trabalhos preparatórios dos Censos 2021. - Continuação da análise do “Programa de Ação”: unidade estatística “edifício” (conclusão) e “alojamento” (início): - aceitação da argumentação do INE relativamente à formulação de variáveis para caracterização do Edifício e do Alojamento; - necessidade de matérias relacionadas com arrendamento poderem ter de ser de novo submetidas a apreciação, em função de desenvolvimentos legislativos em curso. Para o efeito, o INE trabalhará com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana; - a Secção aguardará em próximas reuniões a apresentação de contributos por parte do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (necessidades de reparação do edifício) e do Instituto Nacional para a Reabilitação (no que respeita às acessibilidades), retomando a análise destas matérias; - inexistência de objecções por parte das entidades consultadas à exclusão em 2021 da proposta do INE de um conjunto de variáveis inquiridas em 2011, bem como de outras matérias propostas para inquirição enquanto novas temáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Solicitação ao INE de que fosse consultado o LNEC (edifício). - Esteve presente uma delegação do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR).
<p>5ª (14 maio 2018)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2021 (execução do teste aos questionários). - Continuação da análise do “Programa de Ação”: unidades estatísticas “família” e “indivíduo” (início): - discussão de conceitos e variáveis em relação aos quais foram nalguns casos introduzidos ajustamentos e noutros aceite a formulação originalmente proposta pelo INE; - em várias situações foi aceite que a formulação final que constará nos questionários será da responsabilidade do INE, tendo em conta as suas competências e autonomia técnica, bem como os resultados que virão a ser apurados nos testes ainda a realizar; 	

³ O Programa de Ação apresentado pelo INE foi analisado pela SEAC 2021, tendo por base contributos enviados antecipadamente pelos membros da Secção e pelos membros da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT).

Conselho Superior de Estatística

	<ul style="list-style-type: none"> - a manutenção da variável "religião" foi votada por maioria, mantendo-se como uma resposta de carácter facultativo. 	
6ª (4 junho 2018)	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da análise do "Programa de Ação": unidades estatísticas "alojamento", "família" e "indivíduo". Análise da proposta apresentada pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR) (acessibilidade ao alojamento): - a proposta apresentada pelo INR foi analisada de forma detalhada e foi decidido que a formulação da questão será ajustada em função dos testes em curso e ainda a realizar pelo INE, tendo subjacente a preocupação de manutenção da série em relação a 2011; - a proposta de exclusão de um conjunto de variáveis apresentada pelo INE e a respetiva fundamentação mereceu globalmente o acordo da Secção; - a análise da exclusão da variável "número de horas trabalhadas" não foi conclusiva, devendo o INE de acordo com as suas competências e autonomia técnica, decidir da forma considerada mais adequada. - Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2021 (processo de consulta pública sobre a proposta de conteúdo base a observar nos questionários dos Censos 2021). 	Esteve presente uma delegação do IRN.
7ª (25 junho 2018)	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da análise do "Programa de Ação" (variáveis sobre Família e Indivíduo e retomadas outras questões pendentes, condicionadas por trabalhos bilaterais entre o INE e outras entidades sectorialmente relevantes): - foi apresentada pelo LNEC uma proposta de formulação simplificada para a recolha de informação sobre "necessidades de reparação" do edifício. Mereceu o acordo da Secção; - a nova proposta apresentada pelo INR sobre incapacidade/deficiência foi amplamente analisada, não tendo sido possível dar esta análise por encerrada. O assunto foi retomado noutra reunião; - a proposta de exclusão de um conjunto de variáveis sobre a unidade estatística Indivíduo, tendo por base fundamentação do INE, mereceu globalmente o acordo da Secção; - a eventual inclusão no questionário individual das temáticas "filhos em residência alternada" e "envelhecimento ativo após passagem à reforma" foi objeto de aprofundamento e análise definitiva noutra reunião. 	Esteve presente uma delegação do IRN.
8ª (17 setembro 2018)	<ul style="list-style-type: none"> - Continuação da análise do "Programa de Ação" (variáveis sobre Família e Indivíduo e retomadas outras questões pendentes, condicionadas por trabalhos bilaterais entre o INE e outras entidades sectorialmente relevantes): - amplo debate sobre a ótica de observação mais adequada no que respeita à população com incapacidades – incapacidade (segundo a lógica adotada em 2011) ou deficiência (conforme observação de 2001). Foram aduzidos argumentos favoráveis e desfavoráveis, não tendo sido possível gerar consenso. O mesmo sucedeu com a variável "incapacidade certificada por entidade de saúde" e inclusão de uma variável adicional sobre o "tipo de incapacidade" respeitante a essa certificação. A Secção votou as várias alternativas, ficando o INE responsável pela decisão final que vier a ser 	

Conselho Superior de Estatística

	<p>tomada no contexto das suas competências de autonomia técnica.</p> <ul style="list-style-type: none"> - a Secção concordou com a não inclusão das variáveis "residência alternada" e "voluntariado", considerando como válidos os argumentos do INE. - Ponto de situação sobre o desenvolvimento dos trabalhos preparatórios dos Censos 2021 (processo de consulta pública sobre a proposta de conteúdo base a observar nos questionários dos Censos 2021). 	
<p>9ª (25 março 2019)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação das principais conclusões resultantes do Teste realizado em 2018. Análise de questões relacionadas com a segurança e confidencialidade da informação a recolher em 2021. - Continuação da análise do "Programa de Ação". Foi dada sequência à análise de propostas apresentadas no âmbito da consulta pública realizada pelo INE e ainda retomadas questões pendentes: <ul style="list-style-type: none"> - Concordância com a inclusão e/ou reformulação das variáveis "utilização de um segundo meio de transporte", "forma de arrendamento" e "mobilidade residencial"; - a Secção concordou com a não inclusão das variáveis "obras de reabilitação no alojamento", "alojamento local", "cuidadores informais", "animais domésticos" e "regime alimentar", considerando como válidos os argumentos apresentados pelo INE. 	
<p>10ª (17 junho 2019)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Análise do "Programa de Ação": conclusão da análise de conteúdo a observar nos Censos 2021. - Análise de duas propostas respeitantes à inclusão de novas variáveis: <ul style="list-style-type: none"> - "número de nados vivos" (proposta da Associação Portuguesa de Demografia); - questões "étnico-raciais" (proposta do Grupo de Trabalho Censos 2021 – Questões "Étnico-Raciais", criado pelo Despacho n.º 7363/2018). <p>Após um amplo debate, a Secção manifestou-se desfavorável à observação do "número de nados vivos", bem como à recolha de informação sobre questões "étnico-raciais", tendo, neste último caso, apresentado uma recomendação ao INE.</p> - Estando concluída a análise das variáveis que integrarão o âmbito de observação dos Censos 2021, a Secção destacou a forma como decorreram os trabalhos, a intensa participação dos membros nesta análise e o trabalho desenvolvido pelo INE na preparação de documentos de apoio à discussão e a atitude de abertura e disponibilidade ao longo deste percurso. 	<p>Presente na reunião o Alto-Comissário para as Migrações e convidados a participar na reunião dois membros do GT Censos 2021 – Questões "Étnico-Raciais", criado pelo Despacho n.º 7363/2018. Para exposição de pontos de vista.</p> <p>3ª Deliberação da SEAC 2021</p> <p>4ª Deliberação da SEAC 2021</p>
<p>11ª (21 maio 2020) Videoconf.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A Secção reuniu, a pedido do INE, para acompanhar a realização da operação censitária Censos 2021 e aspetos preparatórios, no contexto da COVID-19. - Foram debatidos os cenários propostos pelo INE, tendo por base argumentos favoráveis e desfavoráveis à manutenção dos Censos em 2021 ou, considerando as implicações da pandemia COVID-19, ao seu adiamento para 	<p>5ª Deliberação da SEAC 2021</p>

Conselho Superior de Estatística

	<p>2022. A Secção optou por manifestar a sua confiança no INE quanto à opção que vier a ser tomada e que permita garantir a qualidade da informação no contexto dos constrangimentos existentes. Foi ainda recomendado, caso se verifique a inviabilidade de manter o ano de 2021, a preparação de um plano de adiamento da operação para 2022, considerando todas as eventuais dificuldades ou obstáculos que possam vir a ser observados até essa data.</p>	
<p>12ª (9 março 2021) Videoconf. (projeto divulgado em CIRCA para aprovar formalmente na 13ª reunião)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A Secção reuniu para acompanhar a evolução dos trabalhos preparatórios da operação censitária. O INE apresentou os principais resultados do Teste realizado em novembro de 2020. A Secção tomou ainda conhecimento de informações de carácter geral, bem como do Plano de Contingência dos Censos 2021 – Medidas de Segurança de Saúde Pública. - Ponto de situação sobre os trabalhos realizados e em perspetiva, bem como apresentado de forma detalhado o processo de recolha de dados. <p>A Secção felicitou o INE pelo trabalho já realizado, tendo particularmente em conta o momento de grande complexidade que se verifica em consequência da pandemia COVID-19, reconhecendo a organização e o cuidado nos procedimentos definidos.</p> <p>Membros de algumas das entidades presentes manifestaram a sua disponibilidade para colaborar com o INE na divulgação dos Censos 2021 e na sensibilização para que a resposta possa ser dada em tempo e através da Internet.</p>	
<p>13ª (25 junho 2024)</p>	<p>A Secção, nos termos da 46ª Deliberação do CSE, deliberou:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apreciar favoravelmente o Relatório de Avaliação Final dos Censos 2021, apresentado pelo INE, salientando a sua qualidade e exaustividade. - Aprovar o Relatório da Atividade respeitante ao seu funcionamento. <p>Entre outros aspetos a Secção destacou:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A avaliação muito positiva da preparação, da realização e do processo de divulgação dos resultados dos Censos 2021, com impacto muito relevante na comunidade estatística, científica e na sociedade em geral, cumprindo a legislação nacional e europeia, num período de grandes incertezas devidas aos desenvolvimentos epidemiológicos onde foi necessário tomar decisões difíceis. - Que o sucesso desta operação censitária é indissociável do trabalho de articulação do INE com um conjunto alargado de entidades, designadamente nas áreas da saúde, das forças policiais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia e do elevado nível de colaboração por parte dos cidadãos. <p>No encerramento da sua atividade, a Secção agradeceu ainda a colaboração e o empenhamento de todas as entidades que se envolveram de forma determinante nos trabalhos da SEAC 2021.</p>	<p>6ª Deliberação da SEAC 2021</p>

Conselho Superior de Estatística

3. OUTRAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO CSE RELACIONADAS COM OS CENSOS 2021

	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO CSE
13 novembro 2020 Plenário CSE	O Presidente do INE apresentou um ponto de situação sobre os trabalhos preparatórios e os desenvolvimentos previstos para a execução dos Censos 2021. Prestou informação sobre o ajustamento de calendários imposto pela situação pandémica e as implicações existentes em toda a operação censitária.
11 dezembro 2020 Plenário CSE	O Presidente do INE fez um breve ponto de situação sobre a operação Censos 2021, a realizar em abril de 2021, referindo designadamente a mobilização de recursos no terreno em plena pandemia, os desafios e as expectativas.
31 maio 2021 Secção Permanente de Coordenação Estatística ⁴	O Presidente do INE fez um ponto de situação sobre a recolha da informação dos Censos 2021. Considerando as competências da Secção, prestou algumas informações de esclarecimento e clarificação sobre a situação ocorrida, e divulgada na Comunicação Social, com a CNPD, na operação Censos 2021.
12 julho 2021 Plenário CSE	<p>O Presidente do INE fez um breve ponto de situação sobre os Censos 2021: a conclusão com 99,3% de respostas através do canal digital, quando em 2011 tinha sido de 50%; a divulgação dos primeiros resultados (resultados preliminares) prevista para 19 de agosto, ainda que o INE esteja a tentar antecipar para o final de julho. Para esta divulgação, com grande detalhe regional, o INE está a preparar uma plataforma para facilitar a consulta dos resultados.</p> <p>Relativamente à intervenção da CNPD e a segurança dos dados, clarificou que os dados de resposta aos Censos sempre residiram no INE e não foram transferidos para países terceiros, e informou que teve oportunidade de explicar aos deputados quando foi chamado ao Parlamento, em audição Parlamentar da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República.</p>
28 julho 2021	Os membros do CSE foram convidados pelo Presidente do INE para participação na Sessão de divulgação dos Resultados Preliminares dos Censos 2021 , que se realizou por videoconferência.
17 dezembro 2021 Plenário CSE	<p>Foi agendado um ponto específico sobre os Censos 2021, no qual o Presidente do INE fez um ponto de situação sobre os Censos 2021.</p> <p>Os membros do CSE foram informados da divulgação antecipada em dois meses e meio, no dia 16 de dezembro de 2021, dos Resultados Provisórios dos Censos 2021 na Plataforma de divulgação dos Censos 2021, no Portal de Estatísticas Oficiais do INE e foram informados de que os dados definitivos serão disponibilizados previsivelmente no último trimestre de 2022.</p>

⁴ A Secção Permanente de Coordenação Estatística tem competências específicas designadamente de acompanhamento dos Princípios do Sistema Estatístico Nacional (SEN), das dimensões da qualidade estatística, segurança da informação, etc.

Conselho Superior de Estatística

	Agradeceu publicamente o trabalho desenvolvido pelas equipas do INE e aos membros da SEAC onde a discussão sobre o eventual adiamento dos Censos se revelou muito útil para a tomada de decisão final.
8 julho 2022 Plenário CSE	O Presidente do INE anunciou que os resultados definitivos dos Censos 2021 serão divulgados no dia 23 de novembro de 2022. O processo de difusão incluirá, para além do momento de divulgação, a discussão e a reflexão por áreas temáticas em sessões específicas. Os membros do Conselho serão envolvidos nestas reflexões.
23 novembro 2022	O INE divulgou os resultados definitivos dos Censos 2021. O Presidente da SEAC 2021 foi convidado a participar na conferência de imprensa.
16 dezembro 2022 Plenário CSE	O Presidente do INE informou os membros do Conselho da notificação recente da CNPD relativa aos Censos 2021, assunto já anteriormente do conhecimento do CSE. Deu nota da forma como está redigida a Deliberação e informou que este assunto e as suas implicações foram debatidas ao nível europeu com congéneres do INE e com o Eurostat. Informou ainda sobre: - A divulgação dos resultados definitivos dos Censos 2021 em novembro, a divulgação de uma publicação e várias sessões e debates que se irão seguir sobre o tema "O que nos dizem os Censos", envolvendo também numa delas o Presidente da SEAC 2021. - O início do "Inquérito às Condições de Vida, Origens e Trajetórias da População portuguesa", um inquérito sensível e complexo, mas que é missão do INE recolher informação para responder a necessidades da sociedade. Também este inquérito foi detalhadamente analisado numa Secção do CSE e teve origem durante a preparação dos Censos 2021.
12 dezembro 2022	Os membros do Conselho foram convidados para a apresentação, pelo INE, de um estudo sobre "As dificuldades sentidas pelas pessoas com incapacidades". Este primeiro estudo inseriu-se num ciclo de apresentações de estudos promovidos pelo INE subordinados ao tema "O que nos dizem os Censos".
janeiro a março 2023	Inserido ainda no ciclo de apresentações de estudos, pelo INE, subordinados ao tema "O que nos dizem os Censos", os membros do CSE foram convidados a participar na apresentação de estudos sobre: - Dinâmicas Territoriais - Estruturas Familiares - Habitação

4. DOCUMENTOS APROVADOS

Entre 2017 e 2024, decorrente da análise desenvolvida, a Secção aprovou os seguintes documentos:

- **1ª Deliberação da Secção** – Programa de Atividades da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021

Conselho Superior de Estatística

Nos termos da 46ª Deliberação do Conselho, uma das competências da Secção consistia na elaboração do “--- *respetivo programa de atividades em consonância com o Programa de Ação dos Censos 2021 elaborado pelo INE*”.

A Secção aprovou o seu Plano de Atividades visando o acompanhamento sistemático e permanente da execução da operação censitária nas suas diferentes fases.

- **2ª Deliberação da Secção** - Projeto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2021

A Secção apreciou favoravelmente o projeto de Decreto-Lei.

- **3ª Deliberação da Secção** - Inclusão de uma questão sobre a origem/pertença étnico-racial nos Censos 2021

A Secção deliberou recomendar ao Instituto Nacional de Estatística a não inclusão nos Censos 2021 de uma questão sobre a origem/pertença étnico-racial, considerando que o carácter facultativo da resposta à questão sobre a origem étnico-racial, por não permitir dar resposta às exigências de representatividade da informação apurada. Os Censos não se afiguravam o instrumento estatístico mais adequado para obtenção desta informação, com a qualidade, a profundidade e a regularidade necessárias a este conhecimento.

Reconheceu, contudo, a manifesta relevância social desta temática, devendo ser, por isso, objeto de caracterização específica, pelo que recomendou que o INE, no mais curto prazo possível, avalie uma solução alternativa que permita a caracterização da composição étnica da população portuguesa.

- **4ª Deliberação da Secção** – Conclusão do acompanhamento das variáveis a observar nos Censos 2021

A Secção agradeceu ao Instituto Nacional de Estatística o trabalho prévio exaustivo e de qualidade na preparação da proposta de conteúdo base a observar nos questionários dos próximos Recenseamentos à População e à Habitação, permitindo que a análise da Secção decorresse de modo eficiente e direcionada para as matérias em apreço.

- **5ª Deliberação - SE Censos 2021** – A realização dos Censos 2021 e aspetos preparatórios, no contexto da Covid-19.

Apreciação pela Secção, face ao contexto decorrente da pandemia da Covid 19, dos dois cenários temporais apresentados pelo INE para a realização da próxima operação censitária (manutenção da data inicial de março de 2021 vs. adiamento para março de 2022).

- **6ª Deliberação da Secção (anexo X)** – Conclusão dos trabalhos da Secção

A Secção, nos termos da 46.ª Deliberação do CSE, deliberou:

- Apreciar favoravelmente o Relatório de Avaliação Final dos Censos 2021, apresentado pelo INE, salientando a sua qualidade e exaustividade.
- Aprovar o Relatório da Atividade respeitante ao seu funcionamento.

III - CONCLUSÕES

Os Censos continuam a ser, para um vasto conjunto de utilizadores, uma operação estatística de referência a nível nacional, fornecendo uma base de informação extensa e fundamental para a definição de políticas públicas em diversas áreas. Recolhe e divulga informação a nível nacional, regional, local que constitui um instrumento determinante para efeitos de tomada de decisão a nível político, económico e social. Constitui também um repositório de informação que permite a nível académico e de investigação, o desenvolvimento de estudos e abordagens temáticas muito diferenciadas e abrangentes.

A informação recolhida com carácter decenal, harmonizada com outros países em termos cronológicos e de conteúdo, permite a realização de estudos comparativos com anteriores operações censitárias e uma caracterização da sociedade portuguesa nas suas várias vertentes.

A SEAC 2021 reuniu um grupo diversificado de entidades, provenientes de áreas diversas – administração pública, confederações empresariais, centrais sindicais, associação de municípios, freguesias e da defesa do consumidor, universidades, representantes do meio académico – funcionando como um espaço de debate, encontro de posições e plataforma de consensos entre entidades com sensibilidades e interesses sectoriais próprios. Para além das entidades que participaram de forma permanente nos trabalhos, a colaboração de convidados exteriores às representações do Conselho permitiu uma análise objetiva de matérias exigentes de uma maior complexidade técnica.

Os trabalhos da Secção acompanharam o desenvolvimento dos Censos 2021, com maior incidência nas fases de planeamento e preparação da operação estatística. As reuniões constituíram um espaço de debate intenso, com níveis de participação muito elevados. Das 21 reuniões inicialmente previstas no seu Plano de Atuação, a Secção realizou 13 reuniões, cumprindo integralmente os objetivos definidos pelo Plenário do Conselho.

O contexto decorrente da pandemia Covid-19 marcou a realização destes recenseamentos e, indiretamente, também da atividade da SEAC 2021. Nos anos de 2020 e 2021 a atividade da Secção foi reduzida e as reuniões realizadas por videoconferência seguindo as limitações impostas em termos sanitários. A forma como decorreu a operação censitária foi igualmente condicionada por esses constrangimentos, tendo o INE sido forçado a criar protocolos específicos para os trabalhos de recolha e feito um maior investimento nas respostas pela internet.

Os membros da Secção sublinharam a elevada colaboração registada desde o início dos trabalhos e a abertura do INE para analisar um vasto conjunto de variáveis. Apesar de nem sempre ter sido possível chegar a consenso e a decisões unânimes, o resultado do trabalho foi considerado como muito produtivo.

O INE foi felicitado pela forma como conseguiu, ainda que sob fortes constrangimentos decorrentes da pandemia COVID-19, prosseguir a preparação e a execução dos Censos, com notável organização e cuidado nos procedimentos definidos, em particular com a criação do Plano de Contingência dos Censos 2021 – Medidas de Segurança de Saúde Pública.

Conselho Superior de Estatística

Fundamental foi também o envolvimento das diferentes entidades na apresentação e no debate das propostas existentes, apoiando o INE no objetivo de recolher informação de qualidade e de caracterização do país conforme com a realidade.

Em termos globais, a Secção considerou que os Censos 2021 constituíram um sucesso e decorreram de uma forma notável cumprindo a Lei e antecipando calendários, num período de grandes incertezas devidas aos desenvolvimentos epidemiológicos, onde foi necessário ao INE tomar decisões difíceis e só o esforço do Instituto e o trabalho de articulação com várias entidades envolvidas, designadamente nas áreas da saúde, das forças policiais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, permitiu obter esta informação de enorme relevância para o conhecimento do País.

Relativamente a algumas temáticas não foi possível satisfazer todas as necessidades de informação evidenciadas, em particular algumas relacionadas com novas realidades ou em áreas em que tradicionalmente existem lacunas, constituindo uma fragilidade no sistema de informação estatística: caso da inclusão de questões sobre cuidadores informais, voluntariado, envelhecimento ativo após passagem à reforma, filhos em residência alternada, tipos de vínculo laboral, que permitiriam um conhecimento consistentes destas novas realidades.

Os avanços registados no aproveitamento de informação administrativa para fins estatísticos, e o desenvolvimento da Infraestrutura Nacional de Dados do INE, poderão no futuro vir a constituir uma alternativa para um melhor conhecimento de matérias cuja caracterização tem sido considerada socialmente relevante.

Conselho Superior de Estatística

ANEXOS

- **Anexo I - 46ª Deliberação do CSE** – Criação da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021
- **Anexo II - 59ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística** - Atualização da composição das secções permanentes e eventuais do Conselho Superior de Estatística – 2020 (ponto VI)
- **Anexo III - Decreto-Lei n.º 54/2019, de 18 de abril** - Estabelece as normas a que deve obedecer a realização do XVI Recenseamento Geral da População e do VI Recenseamento Geral da Habitação
- **Anexo IV** - Membros permanentes da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021, outros participantes e convidados (entre 2017 e 2024)
- **Anexo V - 1ª Deliberação da SEAC 2021** – Programa de Atividades da Secção Eventual para Acompanhamento dos Censos 2021
- **Anexo VI - 2ª Deliberação da SEAC 2021** – Projeto de Decreto-Lei relativo aos Censos 2021
- **Anexo VII - 4ª Deliberação da SEAC 2021** – Relativa à conclusão do acompanhamento das variáveis a observar nos Censos 2021
- **Anexo VIII - 3ª Deliberação da SEAC 2021** – Relativa à inclusão de uma questão sobre a origem/pertença étnico-racial nos Censos 2021
- **Anexo IX - 5ª Deliberação da SEAC 2021** – A realização dos Censos 2021 e aspetos preparatórios, no contexto da Covid-19
- **Anexo X - 6ª Deliberação da SEAC 2021** – Relativa ao Relatório Final dos Censos 2021, Relatório de Atividade da SEAC 2021 e conclusão dos trabalhos da Secção